

CONTRATO CEDAE N.º 075 /2019 (DFI)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por intermédio de seu Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**, com filial localizada na Avenida Brasil, nº 4.233, Distrito Industrial, Rio Claro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.862.530/0011-22, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seus procuradores ao final assinados, Sr. LUIZ MARQUES DOS SANTOS, brasileiro, industrial, portador da cédula de identidade nº 1.001.356 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 443.215.469-15 e Srª. MARILENE UMLAUF DE FRANÇA, brasileira, industrial, portadora da cédula de identidade nº 4.200.346-SESPDC/SC, inscrita no CPF sob nº 007.220.519-99, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.551/2018, ata de registro de preços 0003/2018/27100-01, Pregão Eletrônico PERP003/2017, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS"**, regida pela Ata de Registro de Preços nº 003/2018/247100-01 – PE nº 003/2017, itens 02 e 04, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade (M)
02	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA – CLASSE 15 DN 75	6.798
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA – 1,0 MPA DN 100	4.800

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da ordem de fornecimento, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 44905221
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 161190002
Centro de Custos: DI00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000627

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 188.813,40 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos)**, conforme tabela abaixo discriminada:

Item	Descrição	Quantidade (M)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
02	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA – CLASSE 15 DN 75	6.798	13,30	90.413,40
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA – 1,0 MPA DN 100	4.800	20,50	98.400,00
TOTAL				188.813,40

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo Diretor Presidente da **CEDAE**, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega do bem/produto;
- definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições dições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 188.813,40 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos)**, a ser realizado à vista, sendo o pagamento efetuado no Banco Bradesco, conta corrente nº 213930-8, agência 3178-0, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito à Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Não será exigido da **CONTRATADA** prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

b.1) Tratando-se de Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta ou indireta, prevista na alínea c, do item 24.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO – A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO – Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Gestão de Fornecedor da Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato, na forma do Art. 6º da Deliberação TCE nº 280/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 07 de JUNHO de 2019.

Pela **CEDAE**:




HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



LUIZ MARQUES DOS SANTOS
Procurador
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Luiz Marques dos Santos
RG 1.001.356 SSP/SC
Procurador



MARILENE UMLAUF DE FRANÇA
Procuradora
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Marilene Umlauf de França
RG 4.200.346 SESPDC/SC
Procuradora

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-TIGRE-MATERIAIS-LTDA-aquisição-de-tubos-PVC-RP-PE-003-2017-VBO

NOMEAR CLARISSE ROSA DIAS DE JESUS para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAJ-6, da Secretaria do Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Djaniela de Souza Ferreira Dias, ID Funcional nº 51010240, Processo nº SEI-18/007/000073/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de junho de 2019, **VALERIA SAMPAIO OLIVEIRA**, ID Funcional nº 4397521-5, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAJ-5, do Serviço de Tesouraria e Contabilidade, da Divisão de Orçamento e Finanças, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/000102/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 27 de junho de 2019, **TÂNIA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA MONTOVANI**, ID Funcional nº 3217053-0, do cargo em comissão de Secretário, símbolo DAJ-5, da Presidência, da Fundação Arlindo Pinto de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/000099/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **NAYLA ARAUJO DE SOUZA**, ID Funcional nº 5092069-3, do cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº E-31/003/264/2019.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 02 de maio de 2019, publicado no D.O. de 03/05/2019, que exonou, com validade a contar de 16 de abril de 2019, **TAMARA VIANA DE CARVALHO**, ID Funcional nº 50919288, do cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Diretoria de Administração e Finanças, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº E-31/005/204/2019.

DE 10 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

NOMEAR FLÁVIA DE CARVALHO DIAS MONTEIRO, ID Funcional nº 4315394-1, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAJ-6, do Serviço de Estudos Ambientais, da Coordenadoria de Estudos Ambientais, da Presidência, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente e

Sustentabilidade, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.619, de 02/04/2019. Processo nº E-07/002/5396/2019.

*Omitido no D.O. de 11/05/2019.

DE 11 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

EXONERAR, com validade a contar de 28 de maio de 2019, **WALDEMIR D'ÁVILA PEIXOTO**, ID Funcional nº 588905-8, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Subsecretaria de Edificações e Convênios, da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/000081/2019.

*Omitido no D.O. de 12/06/2019.

DE 11 DE JUNHO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

NOMEAR VINÍCIUS BORDIGNON SARMENTO para exercer, com validade a contar de 03 de junho de 2019, o cargo em comissão de Assessor de Projetos III, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Nane Cristine Araújo Ribeiro, ID Funcional nº 4377586-1. Processo nº SEI-12/001/004763/2019.

NOMEAR ROBERTA DA CRUZ VIEIRA, ID Funcional nº 652273-4, para exercer, com validade a contar de 28 de maio de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Subsecretaria de Edificações e Convênios, da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Waldemir D'Ávila Peixoto, ID Funcional nº 588905-8. Processo nº SEI-18/007/000080/2019.

*Replicados por terem saído com incorreções no D.O. de 12/05/2019

Id: 2187769

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 12 DE JUNHO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/138/2019 - AUTORIZO a disposição do 3º SGT PM DIEGO SODRE DE CASTRO AMERSON, RG nº 61.442-6 do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete do Deputado Bruno Dourado, consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

Id: 2187747

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 12 DE JUNHO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/2084/2019 - AUTORIZO a disposição do CB PM FABIO SODRE OLIVEIRA, RG nº 97.774, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar, à Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

PROCESSO Nº E-12/207/103/2019 - AUTORIZO a disposição do 2º SGT PM HIGOR CURITIBA DA SILVA, RG nº 78.799-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar, à Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, consoante os termos do Decreto nº 41.687, de 11 de fevereiro de 2009.

Id: 2187717

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/05/2019

DESIGNA MARCO AURELIO DE BRITTO CHACON, Agente de Saneamento I, como Presidente, **LEONARDO MACHADO DE OLIVEIRA DA COSTA**, Engenheiro D, **JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **ROGERIO SANTOS**, Engenheiro D, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JORGE LUIZ DA SILVA**, Assessor de Departamento, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "CONSÓLIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS - CONTRATAÇÃO REGIDA PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018/247100-01 - PE Nº 003/2017", de que trata o Processo nº E-07/100.551/2018. Ordem de Serviço P/FIS Nº 24.264-00/2019.

Id: 2187492

DISQUE COMBATE AO PRECONCEITO

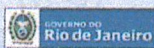
(21) 2334-9551



SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
E POLÍTICAS PARA MULHERES
E IDOSOS



Curtir e siga nossas páginas: fb.com/direitoshumanosrj @DHHumanosRio



documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 13 de Junho de 2019 às 02:01:04 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

PORTARIA Nº 499-CEJUR/PGE DE 11 DE JUNHO DE 2019

ADMITIR ESTAGIÁRIOS DE ENGENHARIA CIVIL NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

O PROCURADOR-ASSISTENTE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da delegação estabelecida pela Resolução PGE nº 3723, de 02 de março de 2015, considerando o convênio firmado com a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ para estágio de estudantes do Curso de Engenharia Civil, na Procuradoria Geral do Estado,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir os estudantes, abaixo relacionados, para estagiar na Procuradoria Geral do Estado, a contar da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso:

ENGENHARIA CIVIL:
TAINA MIRANDA DIAS
CAROLINA ARAÚJO FARIAS

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas objetivam atender às necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão, nos termos da Resolução PGE nº 1159/96,

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2019

MARCELO SANTINI BRANDO
Procurador- Assistente do Centro de Estudos Jurídicos

Id: 2187446

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL**DESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE DE 11.06.2019**

PROCESSO Nº E-14/1540/2004 - CARLOS EDUARDO DA SILVA MARRA - Cargo: Procurador do Estado - Id. Funcional nº 1922185-1. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 79 da Lei Complementar nº 15 de 26/11/1990, combinado com o art.129 do decreto 2479/79, **CONCEDO** 03 (três) meses de licença-prêmio relativa ao período base de 20/11/2013 a 18/11/2018.

PROCESSO Nº E-14/33396/1998 - CESAR VERGUEIRO CHISMANN - Cargo: Procurador do Estado - Id. Funcional nº 1923277-2. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 2.479/197, **AUTORIZO** a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 90 dias de licença prêmio não usufruídas, referente ao período base de 01/04/1990 a 31/03/1995, contabilizando 180 dias.

PROCESSO Nº E-14/017749/2005 - DAVI MARQUES DA SILVA - Cargo: Procurador do Estado - Id. Funcional nº 1922986-0. Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 2.479/197, **AUTORIZO** a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 180 dias de licença prêmio não usufruídas, referentes aos períodos base de 15/05/1985 a 13/05/1990 e de 14/05/1990 a 12/05/1995, contabilizando 360 dias.

Id: 2187556

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 11.06.2019
PÁGINA 21 - 1ª COLUNA

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 07.06.2019

Onde se lê: PROC. Nº SEI-14/001/001114/2019...

Leia-se: PROC. Nº SEI-14/001/001114/2018...

Id: 2187575

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 10.06.2019
PÁGINA 55 - 2ª COLUNA

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 07.05.2019

PROCESSO Nº SEI-14/001/000691/2019

Onde se lê: ...período de 05/04/2019 a 13/04/2019 (09 dias).
Leia-se: ...período de 05/04/2019 a 10/04/2019 (06 dias).

Id: 2187589

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 11.06.2019
PÁGINA 19 - 3ª COLUNA

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 03.06.2019

Processo, n.º SEI-14/001/001446/2019,

Onde se lê: ...período de 03/12/2019 a 22/12/2019 (20 dias)...
Leia-se: ...período de 03/12/2018 a 22/12/2018 (20 dias)...

Id: 2187572

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 10.05.2019
PÁGINA 54 - 3ª COLUNA

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 07.05.2019

PROCESSO Nº SEI-14/001/000733/2019

Onde se lê: ...período de 21/03/2019 a 13/04/2019 (24 dias).
Leia-se: ...período de 21/03/2019 a 10/04/2019 (21 dias).

Id: 2187586

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS**Vice Governadoria do Estado****ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

RETIFICAÇÃO
D.O DE 12.06.2019
PÁGINA 28 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2019.
PARTES: DETRAN/RJ e TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Onde se lê: "...O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses..."
Leia-se: "...O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses..."

Id: 2187595

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 075/2019 (DFI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS".
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 188.813,40 (cento e oitenta e oito mil oitocentos e treze reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 07/06/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.551/2018 (Ata de Registro de Preços 0003/2018/27100-01, Pregão Eletrônico PERP003/2017).

Id: 2187493

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 001/2018-ASL-1.1
OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE JAPERI - RJ".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se a disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 4 ao edital.

Id: 2187559

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 006/2018-ASL-1.1
OBJETO: "INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA ETA GUANDU".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a Concorrência Nacional em epígrafe teve a seguinte ordem de classificação: 1ª colocada e vencedora do certame: MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A (R\$ 6.786.654,21); 2ª colocada: CAPUA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (R\$ 6.945.009,70) e 3ª colocada: JFW ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. (R\$ 7.000.221,03).

Id: 2187472

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**AVISO**

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS-CEDAE, em atendimento ao disposto no Inc. XI, do art. 6º do Decreto Estadual nº 44.857/2014, torna pública que está disponível no site eletrônico da CEDAE: www.cedae.com.br/registrodeprecos, a tabela com os preços registrados em todas as Atas de Registro de Preços vigentes atualmente.

Id: 2187345

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 005/2018-ASL-1.1
OBJETO: "AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI - 1ª ETAPA".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que a licitação em referência, que se encontrava adiada sine die, será realizada no dia 17/07/2019, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2187560

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 005/2019-ASL-1.1
OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE DE BOA ESPERANÇA E PARQUE ANDREA - RIO BONITO".
DIA: 16/07/2019 HORÁRIO: 11:00 h
LOCAL: Av. Presidente Vargas, 2855 - Térreo - Sala de Licitações
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.280.459,03
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3836/2332-3828.

Id: 2187561

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 009/2018-ASL-1.1
OBJETO: "MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM DIVERSAS LOCALIDADES NO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se a disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 5 ao edital.

Id: 2187562

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 015/2018-ASL-1.1
OBJETO: "COMPLEMENTAÇÃO DAS REDES DE ESGOTOS SANITÁRIOS DO SISTEMA DE PAVUNA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se a disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 2 ao edital.

Id: 2187563

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 307/2019 - ASL-DP
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA A ETA LARANJAL".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação será realizada no dia 02/07/2019, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2187562

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 311/2019 - ASL-DP
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE CAL VIRGEM GRANULADA PARA ETA GUANDU".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 02/07/2019 **HORÁRIO:** 15:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.058.900,00
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2187565

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 312/2019 - ASL-DP
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE ELEMENTO FILTRANTE DE AR PARA MANUTENÇÃO DE SOPRADORES DA ETES ALEGRIA, PAVUNA E SARAPUI".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 03/07/2019 **HORÁRIO:** 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 79.349,76
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2187566

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 313/2019 - ASL-DP
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE VÁLVULAS DE RETENÇÃO DE FECHAMENTO RÁPIDO".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 04/07/2019 **HORÁRIO:** 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 88.234,40
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2187567

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 314/2019 - ASL-DP
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA - DM".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 01/07/2019 **HORÁRIO:** 11 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.924.776,24
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2187568

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 315/2019 - ASL-DP
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE FRASCOS ESTÉREIS PARA LABORATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA E ESGOTOS DA CEDAE".
DATA DA ETAPA DE LANCES: 05/07/2019 **HORÁRIO:** 11:00 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 304.640,00
O edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2187569